

Relatos de experiências no PNEM-RJ e os portfólios como estratégia de registro

Regina Lúcia Cerqueira Dias*

Rosane Barbosa Marendino**

Resumo:

Este artigo tem como objetivo descrever e analisar a implementação do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM) no Estado do Rio de Janeiro. Buscou-se inicialmente relatar como foi desenvolvida a formação continuada dos professores nesse estado. Um número expressivo de professores (14.942) que lecionam no Ensino Médio participou da referida formação. Posteriormente, analisaram-se as narrativas sobre a formação continuada feitas pelos Formadores Regionais em portfólios. Tais relatos revelaram as impressões dos Formadores Regionais, assim como as dos Professores Orientadores de estudo que participaram da formação, sobre as repercussões do PNEM em suas vidas profissionais. Ressalta-se a riqueza das narrativas que permitiram compreender melhor a complexidade do trabalho do professor e a importância da formação continuada propiciada pelo Pacto.

Palavras-chave:

Formação continuada. Portfólios. Ensino Médio.

Resumen:

Este artículo tiene como objetivo describir y analizar la aplicación del Pacto Nacional de la Escuela Secundaria (PNEM) en el Estado de Río de Janeiro. Hemos tratado de presentar el primer informe como la educación de los maestros de este estado permanente fue desarrollado. Un número significativo de maestros (14942) que enseñan en la escuela secundaria participó en dicha formación. Posteriormente, se analizan las narrativas de la formación continua realizados por los capacitadores regionales en las carteras. Tales informes revelaron las impresiones de capacitadores regionales, así como el estudio de guía que participaron en la formación, sobre las repercusiones del PENEM en su vida profesional. Se hace hincapié en la riqueza de las narrativas que permitieron comprender mejor la complejidad de la obra del maestro y la importancia de la formación continua que permite el pacto.

Palabras clave:

Educación continua. Carteras. Escuela Secundaria.

Introdução

O Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM) trata-se de um programa de formação continuada que propõe uma ação institucional envolvendo atores federais

* > Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora de Sociologia da Educação (Universidade Federal Fluminense). E-mail: regcerdias@yahoo.com.br

** > Doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Professora de Sociologia da Educação (Universidade Federal Fluminense). E-mail: rosane.marendino@gmail.com

e estaduais que se propuseram a compactuar em torno de um objetivo central e comum, ou seja, fortalecer o Ensino Médio no Brasil. Foi instituído pela Portaria n.º 1.140, de 22 de novembro de 2013, e orientado, sobretudo, pela perspectiva de inclusão de todos que a ele têm direito.

Pensar na ideia de “pacto + com” é bastante interessante, já que soa como um possível acordo entre partes, alinhado à proposta de “fortalecer” o que se encontra enfraquecido. Para tanto, parte-se de ações concretas, planejadas e pautadas em fragilidades identificadas no Ensino Médio brasileiro.

No que diz respeito a essa modalidade de ensino, há de se convir que avanços ocorreram ao longo da sua constituição e processo. Sendo assim, o Ensino Médio, que antes era visto apenas como passagem ou etapa para as classes médias, entre o Ensino Fundamental e o Superior, hoje é considerado a etapa final da escolarização obrigatória e tem como finalidades a preparação para a continuidade dos estudos, a preparação básica para o mundo do trabalho e o exercício da cidadania (CARMO; CORREA, 2014, p. 23).

Entretanto, mesmo cientes do panorama de mudanças e avanços, a expansão do Ensino Médio em nosso país é lenta e não veio acompanhada de melhorias na qualidade. Segundo Carmo e Correa (2014, p. 24), uma das explicações para isso se dá pelo fato de que a própria escola pública perdeu uma parte de sua força na luta por essa qualidade, já que, à medida que as camadas populares vão entrando na escola, jovens pertencentes às camadas altas e médias fazem sua migração para o ensino privado. Ao não se adequar para receber essa nova camada de clientela, juntamente com o fato de não verem os recursos destinados à educação serem ampliados, acabou-se por gerar a “escola pobre”, que atende aos pobres.

Dentre os diversos marcos legais na história do Ensino Médio brasileiro, vale citar as variadas concepções que vão orientar as leis, as políticas e as diretrizes dessa modalidade. São discussões e decisões que têm implementado políticas, fomentado debates e avalizado recursos. A ideia de se preverem currículos mais flexíveis, nos quais se considerem a multiplicidade do universo dos jovens e a autonomia das escolas, vai definindo um novo olhar sobre o Ensino Médio nas escolas públicas, provocando, assim, a formação de novas estratégias.

O desafio urgente de ampliar alcances, na perspectiva da universalização da educação básica no Brasil (meta essa considerada constitucional e garantida em direito nas emendas 14 e 59 da Constituição Brasileira de 1983), é, também, o desafio sobre as ações de permanência desses jovens no Ensino Médio, assim como da garantia de qualidade na/da escola que frequentam. Portanto, não se trata apenas de investir mais recursos ou de expandir a oferta e o acesso, mas, sobretudo, de compreender as condições reais que as escolas públicas de Ensino Médio precisam ter para manter os jovens estudantes em permanência nesse lugar.

O fortalecimento do Ensino Médio, através da instituição do Pacto Nacional, aparece com essa preocupação em seu projeto básico. Enquanto um programa de políticas públicas, ele não é apenas um captador de recursos, mas também um impulsionador da qualidade buscada em um tipo de Ensino Médio no qual se possam oferecer condições às escolas para a ampliação de suas ofertas, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, aprovadas em 2011 e que têm como núcleo central a formação humana integral dentro de um currículo integrado aos eixos articuladores que são ali são propostos. Implementar as Diretrizes é, de fato, o grande desafio no qual se veem mergulhadas as políticas e os programas traçados.

É com essa concepção que o PNEM apresenta, como perspectiva, a necessidade de colocar em diálogo as esferas federal (MEC), estadual (SEEDUCs) e a universidade pública (IES). Ao trazer para a cena os estados brasileiros e as universidades – tendo

como mediador o governo federal –, o objetivo é, evidentemente, superar as fragilidades do Ensino Médio brasileiro e desenvolver a educação básica no país.

No Rio de Janeiro foi a Universidade Federal Fluminense (UFF) a IES responsável pela representação e implementação do PNEM no estado. Sob a coordenação dos professores Eduardo Quintana e Rosane Marendino, o programa aconteceu em duas etapas, previstas e concluídas entre 07/2014 e 05/2015.

No total, estiveram envolvidas 701 unidades escolares; 03 Supervisores SEEDUC; 02 Supervisores IES; 08 Formadores IES; 43 Formadores Regionais; 14.109 professores cursistas (sendo 52 não bolsistas); e 790 orientadores de estudos.

O PNEM-RJ ocorreu em duas etapas distintas. A primeira foi concluída no período de 15/07 a 19/08 de 2014. Já a segunda etapa iniciou-se em 10/02/2015, findando em 12/02/2015. Em maio de 2015 promoveu-se o Seminário Estadual Final, encerrando, assim, todo o ciclo de programação.

Portanto, o objetivo deste artigo é apontar como se deu todo o processo de execução do PNEM no Rio de Janeiro, além de ressaltar a importância dos registros colhidos, principalmente por meio do trabalho dos Supervisores da IES junto à leitura e análise dos portfólios produzidos pelos Formadores Regionais.

Quadro 1 – A 1ª etapa do PNEM no Rio de Janeiro

Sobre a 1ª etapa, apresenta-se, nos quadros a seguir, o cronograma inicial referente aos três encontros programados.

PLANEJAMENTO DA 1ª ETAPA – FORMADORES REGIONAIS – PACTO DE FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO – UFF – 2014	
1º Encontro (15/07 a 18/07)	Dia 15/07 Seminário – Apresentação do Pacto; Apresentação da equipe IES; Debate sobre as DCNEMs. 9h às 12h = Apresentação da Equipe e do Programa. 14h às 17h = As DCNEMs Trabalho em Grupo (GTs).
	Dia 16/07 Cadernos 1 e 2 Ensino Médio e Formação Humana Integral. O jovem como sujeito do Ensino Médio.
	Dia 17/07 Caderno 3 O Currículo do Ensino Médio, seus sujeitos e o desafio da Formação Humana Integral.
	Dia 18/07 Caderno 4 Áreas de Conhecimento e Integração Curricular.

PLANEJAMENTO DA 1ª ETAPA – FORMADORES REGIONAIS – PACTO DE FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO – UFF – 2014	
2º Encontro (06/08 a 08/08)	Dia 06/08 Caderno 5 Organização e Gestão Democrática da Escola.
	Dia 07/08 Caderno 6 Avaliação no Ensino Médio.
	Dia 08/08 9h às 12h = Integração dos Cadernos (GTs de trabalho – Parte 1). 14h às 17h = Integração dos Cadernos (GTs de trabalho – Parte 2).
PLANEJAMENTO DA 1ª ETAPA – FORMADORES REGIONAIS – PACTO DE FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO – UFF – 2014	
3º Encontro (19/08)	9h às 12h = Apresentação das Propostas dos GTs. 14h às 17h = Avaliação geral da 1ª etapa e levantamento de propostas para a 2ª etapa.

A 1ª etapa teve os seguintes eixos norteadores:

Foco nos temas centrais articuladores do Pacto:

- » Ensino Médio e a Formação Humana Integral (Caderno 1)
- » O jovem como Sujeito do Ensino Médio (Caderno 2)
- » Áreas de Conhecimento e Integração Curricular (Caderno 4)

Foco nas discussões sobre os Direitos à Aprendizagem e ao Desenvolvimento

Articulou também os conteúdos dos Cadernos 3, 5 e 6 como elementos fundantes do redesenho curricular, da gestão democrática da escola e dos processos avaliativos.

Estudo e discussão sobre as DCNEM:

Parecer CNE/CEB nº 05/2011 e Resolução CNE/CEB nº 02/2012.

Os Formadores Regionais passaram pela formação pessoal durante os referidos encontros, ocorridos na Universidade Federal Fluminense, e, a partir dessa ação, capacitaram-se para o papel de multiplicadores, levando essa formação até os Orientadores de Estudo dentro de suas unidades escolares.

Finda a 1ª etapa, os Supervisores da IES solicitaram que um tipo de material fosse entregue pelos Formadores Regionais no encontro de avaliação (marcado para o dia 19/12), o qual definimos como “portfólios”. Tratava-se da proposta inicial de confecção de um material que pudesse conter o registro das atividades, a recolha de narrativas, as imagens captadas e a escuta sensível de todos os envolvidos no Programa, diante de suas próprias experiências.

Partimos da ideia de “portfólio” segundo a descrição de Alves (2004), referindo-se a esse instrumento como uma modalidade de avaliação retirada do campo das artes e que aparece com o objetivo de criar novas formas de avaliação para o desenvolvimento das inteligências artísticas. Esta forma de registro começou a ser difundida na década de 1990, em especial nos Estados Unidos, possuindo variada terminologia: porta-fólios, processo-fólios, diários de bordo, dossiê. O importante seria apresentar a ideia de que a construção dos portfólios do professor é um trabalho de recuperação de vivências históricas experienciadas por este e por seus alunos, a partir da memória. “Do ponto de vista da formação do professor, o recurso à memória pode contribuir para identificar as diversas marcas pedagógicas que ele carrega em si e que, de certa forma, constituem o lastro em que serão alojadas as informações e vivências” (PEREIRA, 2013, p. 182).

A sugestão dada era a de que tais portfólios fossem, enfim, apresentados no último encontro, considerado como avaliativo, e pudessem contribuir com as reflexões para a 2ª etapa, prevista para acontecer em 2015.

O que nos revelaram os portfólios

Os relatos elaborados pelos Professores Formadores por intermédio dos portfólios revelaram as impressões dos docentes, assim como as dos Professores Orientadores de Estudo que participaram dessa formação, sobre as repercussões do PNEM em suas vidas profissionais. Ressalta-se a riqueza das narrativas que permitiram compreender melhor a complexidade do trabalho do professor e a importância da formação continuada propiciada pelo Pacto. Além disso, acredita-se, como Souza (2008, p. 91), que “[...] quem narra e reflete sobre sua trajetória abre possibilidades de teorização de sua própria experiência e amplia sua formação através da investigação e formação de si”. Buscou-se identificar e analisar alguns pontos elencados pelos Formadores Regionais e pelos Professores Orientadores de Estudo nos portfólios julgados mais importantes. No entanto, existem outras questões relevantes que foram abordadas pelos docentes, mas, devido ao espaço restrito deste artigo, não foi possível refletir sobre elas.

Os Formadores Regionais e Orientadores de Estudo ressaltaram a importância do Pacto como um espaço que permitiu a eles refletir sobre o cotidiano escolar, pois a voz do professor nem sempre é ouvida. Nóvoa (1992, p. 15) advoga a importância de se conhecerem as dimensões pessoais e profissionais do docente, pois sua ação pedagógica é influenciada pelas características pessoais e pelo seu percurso de vida profissional. Segundo o autor, durante muito tempo, até a década de 80 do século XX, essas dimensões não eram contempladas nos estudos pedagógicos, que concentravam suas atenções exclusivamente sobre as práticas de ensino. O interesse pela vida e a pessoa do professor é, portanto, recente. Pensa-se que para enfrentar a evasão e a reprovação dos alunos no Ensino Médio é preciso dar voz ao professor, um dos sujeitos fundamentais da educação escolar. As atividades desenvolvidas pelos Professores Formadores no “chão da escola” e narradas nos portfólios permitiram uma reflexão conjunta sobre os desafios enfrentados no cotidiano escolar e também a troca de experiências positivas que muitos desses docentes construíram ao longo de suas trajetórias profissionais. Houve ainda, de acordo com os Formadores Regionais, um grande comprometimento dos professores com o Pacto, desconstruindo a ideia disseminada por alguns especialistas em educação de que os docentes, de maneira geral, não querem estudar e aprender e a consequente culpabilização desses atores pelo fracasso escolar dos alunos.

Sobre o currículo escolar, os Formadores Regionais ouviram muitas críticas dos professores sobre sua inadequação em relação aos alunos jovens, especialmente os pertencentes às classes populares. Segundo os docentes ouvidos pelos Formadores Regionais, a unidade escolar tem pouca autonomia para construir um currículo que produza sentido para o jovem e que faça com que ele estabeleça vínculos com essa instituição. Dayrell (2012), ao analisar a relação entre os jovens das classes populares e sua permanência nas escolas, alerta-nos a respeito dos laços frágeis que muitos deles possuem com a instituição escolar e a necessidade premente nessa etapa de suas vidas de trabalharem para ajudar suas famílias e terem um dinheiro que permita a eles usufruir da juventude. É nesse momento que grande parte dos jovens das classes populares abandona a escola, o que a instituição precisa urgentemente evitar.

Ainda que os professores tenham ressaltado a pouca autonomia que possuem para construir um currículo escolar não distante da realidade vivenciada pelos jovens, alguns deles relataram algumas práticas curriculares que aproximaram a instituição escolar desses sujeitos. O “Projeto Farofa”, desenvolvido por professores de uma das escolas e relatado a duas Formadoras Regionais, partiu do gosto musical dos alunos que, de maneira geral, apreciam o funk; portanto, de seu universo cultural, para levá-los a refletir sobre o seu papel de cidadão na comunidade em que vivem e em seu país. Outros professores promovem

visitas culturais a museus e teatros para que os alunos possam ampliar o capital cultural. Conforme declaração dos professores de uma das escolas que fizeram uma pesquisa sobre os gostos e as práticas culturais dos jovens de sua escola, a maioria deles não frequenta cinema, museu ou teatro e só o faz quando a instituição escolar promove passeios culturais. Portanto, ainda que a autonomia dos professores seja relativa, é possível construir e desenvolver práticas curriculares que façam com que a escola se torne uma instituição atrativa para os alunos, respeitando e valorizando os gostos e as práticas culturais dos discentes, e ao mesmo tempo amplie o universo cultural deles.

A gestão democrática, tema abordado em um dos cadernos, foi bastante discutida pelos professores. De acordo com os Formadores Regionais, os docentes acreditam que as escolas precisam avançar bastante para implantar uma gestão realmente democrática. Ainda que os professores a desejem, muitos relataram desconhecer o projeto político pedagógico da escola em que trabalham e disseram que não ajudaram a construí-lo. A formação propiciada pelo Pacto foi, portanto, fundamental para que os professores debatessen tal tema e se conscientizassem de sua importância.

Uma atividade, sugerida em um dos cadernos da formação, foi desenvolvida pelos professores e teve bastante êxito. Os professores escreveram cartas para os alunos e as fixaram em um mural. Nessas cartas relataram seus desejos, os desafios que enfrentam no cotidiano, o que gostariam que se modificasse nas escolas e o futuro que desejavam para os alunos. Os alunos gostaram tanto que pediram para também escrever sobre seus desejos e anseios aos professores. São práticas como essa que aproximam alunos e professores e contribuem para um bom clima escolar, essencial no sucesso escolar dos discentes.

Quadro 2 – A 2ª Etapa do PNEM no Rio de Janeiro

Apresenta-se, a seguir, o quadro com o cronograma proposto e concluído para a 2ª etapa do programa:

PLANEJAMENTO DA 2ª ETAPA – FORMADORES REGIONAIS – PACTO DE FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO – UFF – 2015	
Dia 10/02	Seminário Estadual do PNEM-RJ
Dia 11/02	Caderno 2 – Ciências Humanas Caderno 5 – Matemática
Dia 12/02	Caderno 4 – Linguagens
Obs.: Os cadernos não trabalhados presencialmente foram discutidos no formato de fórum na plataforma moodle/seeduc. As orientações para o estudo foram passadas durante os dias de encontro.	
Dias 11, 12 e 13/03	Encontro de Aprofundamento com os Formadores Regionais
Dias 23 a 27/03	Encontros de Aprofundamento com os Formadores Regionais (Plataforma Moodle/SEEDUC)
Dias 29 e 30/04	Encontro de Avaliação da 2ª Etapa

Essa etapa, de cunho mais específico na formação por áreas, foi trabalhada pelos professores através dos cinco cadernos propostos. Nesse momento, o objetivo foi centralizar mais nas referidas áreas, e optou-se por não trabalhar com os portfólios.

Em 21/05/2015 o Seminário Estadual findou as atividades do PNEM-RJ, cujas reflexões avaliativas apresenta-se a seguir, nas Considerações Finais.

Considerações Finais

Encontra-se às voltas com o importante e necessário desafio de construir uma sociedade democrática e, dentre os anseios mais justos, está o de realizar a educação básica para todos, universalizando o Ensino Fundamental e também o Ensino Médio. O que se espera, de fato, é que, ao ampliar o acesso à escolaridade, se ampliem, também, as condições para permanecer nela. Sonha-se com uma escola que consiga atrair mais e mais estudantes. E que eles queiram ficar por ali. Mas, não só eles. Espera-se que os professores e as professoras também se sintam atraídos por ela.

Certamente, o PNEM, através de seu “Pacto”, nos desafiou a pensar esse lugar, expandindo-o não só quantitativamente, mas ainda na sua perspectiva de qualidade. Os portfólios elaborados pelos Formadores Regionais revelaram a importância de uma formação continuada de qualidade para que os professores possam estudar, repensar suas práticas curriculares, trocar experiências com os colegas e reinventar a instituição escolar.

Por outro lado, algumas dificuldades foram relatadas pelos Formadores Regionais e Orientadores de Estudo, como o fato de alguns diretores não terem se envolvido com o PNEM, dificultando a participação dos docentes na formação, e a necessidade de um tempo maior para estudarem e debaterem os conteúdos dos cadernos. No entanto, pensa-se que, apesar desses problemas, a fala de uma professora registrada por uma Formadora Regional ilustra o sentimento de grande parte dos professores acerca da oportunidade que o PNEM representou para os docentes: “O Pacto nos devolveu a esperança”. A rotina atribulada dos professores, os baixos salários recebidos por grande parte dos docentes e as difíceis condições de trabalho enfrentadas por eles em grande parte das escolas são problemas que fazem com que muitos desses profissionais percam a esperança de poder exercer seu ofício com a qualidade que julgam necessária. Percebe-se através dos relatos feitos pelos professores que o PNEM, de alguma maneira, devolveu a esperança a vários docentes que participaram dessa formação continuada. Acredita-se, no entanto, ser fundamental a continuidade desse processo e defende-se que a formação continuada faça parte da trajetória profissional dos docentes.

Referências

ALVES, Leonir Pessate. Portfólios como instrumentos de avaliação dos processos de ensinagem. In: ANASTASIOU, Léa das Graças; ALVES, Leonir Pessati (Org.). *Processos de ensinagem na universidade*. 3. ed. Joinville: Univille, 2004.

CARMO, Helen Cristina do; CORREA, Lícínia Maria. O ensino médio no Brasil: desafios e perspectivas. In: CORREA, Lícínia Maria; ALVES, Maria Zenaide; MAIA, Carla Linhares (Org.). *Cadernos brasileiros: juventude brasileira e ensino médio*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

CHAVES, Idália-Sá (Org.). *Os “portfólios” reflexivos (também) trazem gente dentro: reflexões em torno do seu uso na humanização dos processos formativos*. Porto: Porto Editora, 2005. p. 49-159.

DAYRELL, Juarez. Juventude, socialização e escola. In: DAYRELL, Juarez; NOGUEIRA, Maria Alice; RESENDE, José Manuel; VIEIRA, Maria Manuel (Org.). *Família, escola e juventude: olhares cruzados Brasil-Portugal*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012. p. 298-322.

NÓVOA, Antônio. *Vidas de professores*. Porto: Ed. Porto, 1992.

PEREIRA, Marcos Villela. *Estética da Professoralidade: um estudo crítico sobre a formação do professor*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013.

SOUZA, E. C. de. Modos de narração e discursos da memória: biografização, experiências e formação. In: PASSEGI, M. C.; SOUZA, E. C. (Auto) Biografia: formação, territórios e saberes. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008. p. 85-101.

